



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

VANDA LÚCIA DE ARAÚJO CARVALHO

**ENSINO REMOTO: IMPACTOS E DESAFIOS NA ESCOLA RURAL MUNICIPAL
CÍCERO JANUÁRIO DA SILVA – ESPERANÇA /PB - 2020-2021**

**CAMPINA GRANDE
2023**

VANDA LÚCIA DE ARAÚJO CARVALHO

**ENSINO REMOTO: IMPACTOS E DESAFIOS NA ESCOLA RURAL MUNICIPAL
CÍCERO JANUÁRIO DA SILVA – ESPERANÇA /PB - 2020-2021**

Trabalho de Conclusão apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia da Educação.

Orientadora: Prof^a. Me. Silvânia Karla de Farias Lima

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C331e Carvalho, Vanda Lucia de Araujo.

Ensino remoto [manuscrito] : impactos e desafios na Escola Rural Cícero Januário da Silva - Esperança/PB -2020-2021 / Vanda Lucia de Araujo Carvalho. - 2023.
45 p.

Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024. "Orientação : Profa. Ma. Silvânia Karla de Farias Lima , UEPB - Universidade Estadual da Paraíba."

1. Escola rural. 2. Pandemia. 3. Ensino remoto. I. Título

21. ed. CDD 370

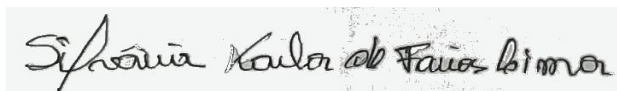
VANDA LÚCIA DE ARAÚJO CARVALHO

ENSINO REMOTO: IMPACTOS E DESAFIOS NA ESCOLA RURAL MUNICIPAL
CÍCERO JANUÁRIO DA SILVA – ESPERANÇA /PB - 2020-2021

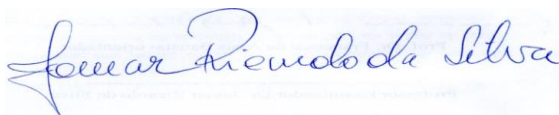
Trabalho de Conclusão apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Graduação em Licenciatura em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia da
Educação.

Aprovada em: 03/07/2023.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Me. Silvânia Karla de Farias Lima (Orientadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB))



Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco de Assis Batista
Instituto Federal da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

No decorrer da pesquisa bons encontros aconteceram que permanecerá por toda a minha vida, e que me fortaleceu e para que meus esforços fossem almejados.

Agradeço à minha família, que durante o início até o término estive sempre ao meu lado; grata por terem acreditado e sonhado junto comigo, e me amarem incondicionalmente. Obrigada ao meu grande e imensurável Deus, que sempre esteve me dando forças, discernimento para lutar pelos meus objetivos.

Às minhas amadas filhas, Érika e Erivanda, que sempre acreditaram no meu potencial, sempre me compreendendo nas minhas renúncias para que eu pudesse alcançar meus propósitos.

À minha grande amiga de curso Mayara Mélo, a qual desde o início estive ao meu lado, nos trabalhos, sempre atenta as minhas dúvidas, acreditando que eu era capaz, obrigada amiga por tudo que me fez chegar até aqui.

À minha orientadora que sempre demonstrou muita calma, paciência e que sempre deu abertura pra tirar dúvidas e acreditar na minha pessoa.

A todos/as professores/as do curso de sociologia, especialmente, o professor Eduardo Jorge Santos, cuja competência e paixão pelo ensino da sociologia me contagiaram, a Iolanda Barbosas, Jussara Bélen, Jomar Ricardo, Waltimar, cujos seus ensinamentos será minha base pra sala de aula e além dela.

Eu dedico esse meu TCC a todos aqueles que fizeram parte da minha trajetória acadêmica,
professores, amigos e família.

Que o teu trabalho seja perfeito para que, mesmo
depois da tua morte, ele permaneça.

Leonardo da Vinci

RESUMO

A presente pesquisa, sob o título: Ensino remoto: impactos e desafios na Escola Rural Municipal Cicero Januário da Silva – Esperança/PB – 2020-2021, sugere problematizar o contexto da Pandemia na educação no município de Esperança/PB, especificamente no cotidiano da E.M.E.F Cícero Januário da Silva, localizado na comunidade do Logradouro. Como desdobramentos, buscamos narrativas pessoais da escola, da equipe diretiva, dos documentos comprobatórios. E analisar, nesse contexto, quais as dificuldades encontradas, instrumentos utilizados para que a educação chegasse ao alunado, quais as consequências foram trazidas pela Pandemia com relação a vida social, econômica e educacional desses alunos. Na pandemia a educação é convocada a se singularizar, a se reinventar procurando outros meios de acessibilidade através das tecnologias e na habilitação dos meios virtuais de aprendizagem. No intento de construir e almejar resultados da investigação, usamos a combinação de metodologias de natureza pesquisa de campo; revisão de literatura anexado às entrevistas semiestruturadas dos docentes, alunos e direção e a observação participante. A pesquisa se caracteriza como de campo, estudo de caso, com uma abordagem qualitativa frente aos dados documentais e quantitativa, posto trazer dados sobre os fatos aqui tratados. A observação participante se deu em função da minha função como Gestora da Escola em estudo.

Palavra-chave: escola rural. pandemia. ensino remoto. impactos. desafios.

ABSTRACT

This research, under the title: Remote teaching: impacts and challenges at Cicero Januário da Silva municipal rural school – Esperança/PB – 2020-2021, suggests problematizing instruments that present the context of the Pandemic in education in the municipality of Esperança/PB, specifically in the daily life of (E.M.E.F) Cícero Januário da Silva, located in the community of Logradouro. As developments, we seek personal narratives from the school, from the management team, from supporting documents. And to analyze, in this context, what difficulties were encountered, what instruments were used for education to reach the students, what consequences were brought by the Pandemic in relation to the social, economic and educational life of these students. In the pandemic, education is called upon to singularize itself, to reinvent itself by looking for other means of accessibility through technologies and enabling virtual means of learning. In an attempt to build and target research results, we use a combination of methodologies of a field research nature; literature review attached to semi-structured interviews with teachers, students and management and participant observation.

Keyword: rural school. pandemic. remote learning. impacts. challenges.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	Objetivo Geral	09
1.2	Objetivos Específicos	09
2	HISTÓRICO DA ESCOLA	11
2.1	Contextualização Historica	12
3	REFERENCIAL TEÓRICO	14
4	METODOLOGIA	17
5	IMPACTOS CAUSADOS DURANTE A PANDEMIA	18
6	ISOLAMENTO SOCIAL E IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS ALUNOS	21
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
	ANEXOS	29

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz algumas reflexões sobre aspectos sociológicos a serem enfrentados durante a Pandemia (2020-2021) dentro do cenário educativo Esperancense. Tomando como base a realidade escolar, especificamente uma escola do município de Esperança/PB, na Comunidade de Logradouro.

A Pandemia nos impôs uma nova rotina de vida, um novo normal, um novo modelo de ensino, um novo ritmo para a escola e comunidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cícero Januário da Silva na comunidade do Logradouro.

Além da crise instalada, houve uma grave demanda sanitária, resultando também em aspectos negativos econômicos e políticos. Para tentar compreender tudo isso, pós-pandemia, é necessário conversar com várias emoções, como também as teorias e práticas que nos ajudem a compreender e encontrar um pouco da balbúrdia causada. Do ponto de vista das teorias e práticas, elas irão nos embasar e ajudar não só a refletir sobre a situação da Pandemia, mas, em atípico, sobre a educação em tempos de COVID-19. E, outrossim, a criar, na realidade da educação, outros caminhos, outras eventualidades.

O cenário da Pandemia traz uma nova concepção de vida, agregaram novas relações afetivas e profissionais, ressignificando a forma de trabalho das pessoas através do remoto, a maneira de ensino da escola; todos passaram a conviver cotidianamente de forma isolada; isso causou inúmeros conflitos entre as famílias; o afastamento entre elas para proteção de cada um; outros seguiram suas vidas normalmente, por necessitarem do trabalho, pela sobrevivência, outros por não acreditarem na existência do vírus. Enfim, tudo isso nos apresentou uma nova realidade. E pensando nisso, surge o seguinte questionamento: quais impactos e desafios foram diagnosticados, para se executar a educação remota nessa realidade escolar?

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a realidade escolar numa escola do município no período da pandemia, de maneira que possamos compreender toda a logística desenvolvida e implantada por parte do poder público como a Prefeitura Municipal, CNE - Conselho Municipal de Educação, SMS - Secretaria Municipal de Saúde, SME- Secretaria Municipal de Educação e PME- Plano Municipal de Educação objetivamos trazer as dificuldades e desafios encontrados na escola, por parte dos professores, alunos, no processo do ensino e aprendizagem.

Como já supracitado os nossos objetivos foram: Geral: Analisar como se desenvolveu a educação no período pandêmico COVID-19 em uma escola da zona rural, considerando os aspectos sociológicos relacionados. E os Objetivos específicos foram: Compreender de que

maneira os educadores estavam desenvolvendo suas atividades educacionais; apontar quais os materiais didáticos utilizados nas aulas *on-line*; entender a partir do CNE e PNE a homologação do Plano de Ação sobre a Covid-19 para as ações pedagógicas; identificar os desafios apontados pelos professores com relação as atividades remotas na pandemia.

Como pesquisadora estava envolvida com a Gestão Escolar, organizando as atividades didático-pedagógicas junto aos docentes, a nossa participação foi de observador participante.¹

1. A autora da pesquisa exercia o cargo de Gestora da Escola.

2 HISTÓRICO DA ESCOLA

No ano de 1984, na administração de Senhor Prefeito Luís Martins de Oliveira e no Governo do Sr. Wilson Braga, identificando-se as dificuldades que aquela comunidade do Sítio Logradouro enfrentava pela ausência de uma escola, o Alcaide resolveu comprar um terreno para construir um prédio escolar. O terreno foi comprado ao senhor João Severino dos Santos, mais conhecido por Pequeno a Navio. O espaço tinha em média quatro mil metros quadrados e custou cento e oitenta mil cruzeiros (CR\$ 180.000,000). Antes da construção do prédio escolar, as crianças da comunidade estudavam na Escola José Canuto Fernandes, no Sítio Meia Pataca. Como essa escola era situada em Meia Pataca, não oferecia condições adequadas e suficientes para o desenvolvimento educacional das crianças. O prefeito deu início à construção da obra de uma escola no Logradouro concluindo no decorrer do mesmo ano, 1984. O prédio escolar contava com duas salas de aula, uma caixa d'água, uma cisterna, dois banheiros, um depósito de merenda, uma diretoria, uma sala para professores e um pátio coberto.

O restante do terreno ficou com área de lazer para as crianças. A escola foi construída com o apoio do governador, Wilson Leite Braga, através do Projeto Polo Nordeste, SES (Secretaria Estadual de Saúde) e da Prefeitura Municipal. Na época, o estado tinha como representante secretário da educação, o professor José Loureiro Lopes, e o município de Esperança tinha como secretária de educação a professora Nauta Maria Cardoso Brandão. Na época a Supervisora Escolar era a professora Maria das Dores dos Santos Serafim.

No início do ano de 1985, o prédio escolar foi concluído, daí foi escolhido o nome que a escola receberia. Decidiu-se por Escola Municipal de 1º Grau Cícero Januário da Silva. Este nome foi dado à instituição, porque o senhor Cícero Januário da Silva, mais conhecido por Cícero Barro, era a pessoa mais idosa da comunidade, naquela época, e também por ter doado um terreno para construir a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da comunidade.

Portanto, deram início as aulas no mesmo ano, 1985, quando a escola ficou pronta. A escola iniciou com um quadro de doze funcionários para as atividades escolares. A primeira diretora escolar foi a senhora Augusta Cardoso Nascimento, mais conhecida como Mimosa. Depois dela, vieram as senhoras Anativa Cordeiro da Silva e Maria Bertoldo dos Santos, está ficando até dezembro de 2008. Que retorna e permanece até o presente momento. Mas com o decorrer dos anos, a demanda de alunos foi aumentando cada vez mais, e o espaço físico ficou pequeno para atender as necessidades dos educandos.

Quando foi em 1995, a instituição teve que ser ampliada, recebendo mais duas salas de aulas e dois banheiros. Essa ampliação aconteceu em mais uma administração do prefeito Luís Martins de Oliveira. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Cícero Januário da Silva, foi fundada em 01 de maio de 1995, durante a administração do Perfeito Luís Martins de Oliveira. A mesma tem uma área construída de 28 metros de largura e 35 metros de comprimento. Tem este nome em homenagem ao senhor Cícero Januário da Silva, pessoa mais antiga da comunidade na época da construção, e pelo fato de que o mesmo ter doado um terreno para construção da capela de Nossa Senhora de Perpétuo do Socorro, padroeira da comunidade, como já citado. Já no ano de 2015, a mesma passou por outra reforma e ampliação na administração do prefeito Anderson Monteiro Costa, ganhando uma nova sala de professores e dois almoxarifados.

Atualmente (2020/2022) a escola funciona com o apoio da Prefeitura Municipal de Esperança, com as verbas do PDDE², e outras verbas destinadas para compras de materiais pedagógicos e manutenção do prédio. Tem uma estrutura física de 04 salas de aulas, 04 salas de professores, 01 sala de computação, 01 depósito de merenda, 01 cozinha, 04 banheiros 01 pátio coberto para recreação, 01 pátio descoberto, 02 reservatórios de água 02 Almoxarifado e 01 Direção.

2.1 Contextualização Histórica

A Escola Cícero Januário da Silva está inserida num contexto sócio/político/econômico/cultural onde se pode observar e constatar que as maiorias dessas famílias são de baixa renda. Outro dado que demonstra a renda dessa comunidade é um número considerável de famílias atendidas pelos programas sociais. Devido a essa realidade são identificadas algumas dificuldades enfrentadas pelas famílias que vivem nessa comunidade chamada de Logradouro são: desemprego, diminuição de renda *per capita*, a migração das famílias para centros urbanos, e por consequência roubos, assaltos. Todas essas famílias da comunidade são assistidas pela escola, em sua maioria, são desprovidas de estrutura básica, vivem da agricultura de subsistência e a maioria dos pais não são alfabetizados.

A insegurança, a exclusão, a carência escolar, podem ser a razão da ausência de uma postura crítica e politizada, o que pode se refletir em tensões na vida cotidiana.

2 O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) é uma ferramenta interativa de apoio a gestão escolar desenvolvida pelo Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias da Educação e FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

É nesta realidade, com todas as suas discriminações, seus contrastes, suas injustiças que nos movemos, é neste espaço que vivemos, que de uma maneira ou outra participamos, e por ele, também somos responsáveis.

Situar-se nesta dimensão exige reformulação, reflexão e uma ação consciente para que o homem possa voltar a ser o agente transformador e sujeito de história, criador e criatura.

Assim, na perspectiva de formação de um ser humano pensante e ativo, buscamos, nesta Escola, garantir a construção de conhecimentos e valores para uma compreensão crítica e transformadora da realidade na qual estamos inseridos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O ambiente escolar demonstra ser, depois da família, a instituição, o espaço que mais oferece tempo da infância e adolescência dos sujeitos. Ancorada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 2017), a educação básica é obrigatória para o indivíduo, necessariamente, a partir dos quatro anos de idade até os dezessete anos de idade. De acordo com a Lei, somando educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, temos aproximadamente 13 anos dedicado ao processo de escolarização. É, no âmbito escolar que desde muito cedo começamos a construir relações de socialização, passando a se apropriar de códigos e valores sociais, nos colocando diante dos desafios, causando confronto com o estranho, o diferente, o outro.

Durante essa trajetória escolar da criança no Brasil, ocorre o contexto histórico, com seus entraves, retrocessos, desigualdades e pontos de avanços, sobretudo, nos últimos anos, isso vem sendo posto nos aspectos legislativos, sociais, normativos e formativos para garantir um atendimento que traga benefício e qualidade nos espaços escolares garantindo assim, o desenvolvimento global de crianças do sexo feminino e masculino; entendendo que ainda há muito a ser buscado, conquistado. Essa intencionalidade não foge o propósito da educação sugerida e posta no município de Esperança/PB, que iniciou o ano letivo em 2020 dentro de toda normalidade do que sugeria as normas, padrões exigidos pelo aparato de documentos que assegura o processo educacional do município.

Contudo, repentinamente o coronavírus chegou de forma assustadora e veloz, causando um número significativo de pessoas infectadas. Diante dessa realidade, no Brasil, desde março de 2020, chegava aos sistemas de ensino uma nova readaptação ao ensino, era preciso que as escolas se organizassem para desenvolver propostas de atividades numa modalidade de ensino nunca usada, que era a *remota*, colocando uma necessidade de reorganização nos calendários escolares, sem um controle do governo federal.

Esse novo modelo de atividades propostas se deu em razão de estarmos vivendo em tempos de pandemia, e não ser possível contato pessoal com os sujeitos da escola. Para isso, foi necessário fundamentar as discussões baseado em documentos oficiais e alguns autores como Alves (2011) que traz em seu inscrito o uso de tecnologias e a educação à distância; Chaves (1999) que ao falar da educação à distância, ressalta que por meio dessa distância pode ser utilizado outros meios de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens.

O conceito de Educação a Distância no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005): Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, Associação Brasileira de Educação a Distância 86 RBAAD – Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (ALVES, 2011, p. 85-86).

Portanto, essa pesquisa foi desenvolvida a nível municipal, especificamente em uma escola pública e rural do município de Esperança, que atende especificamente ao público de educação infantil (pré-escola), anos iniciais do ensino fundamental I e educação de jovens e adultos (EJA).

A Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) diante do cenário que já se instaurava no município, com vários casos de Covid-19 decreta um *Plano Estratégico Escolar do município de Esperança*, conforme prescrito na resolução 120/2020 do Conselho Estadual de Educação. A regulamentação do ensino remoto no município de Esperança–PB, para estabelecimento do regime especial de ensino em caráter excepcional e temporal devido à pandemia COVID-19.

[...] a expressão "Tecnologia na Educação" é ainda mais abrangente. O termo "tecnologia", aqui, se refere a tudo aquilo que o ser humano inventou, tanto em termos de artefatos como de métodos e técnicas, para estender a sua capacidade física, sensorial, motora ou mental, assim facilitando e simplificando o seu trabalho, enriquecendo suas relações interpessoais, ou simplesmente lhe dando prazer (CHAVES, 1999, P. 30).

De acordo com as atribuições legais da Organização Mundial de Saúde - OMS, o Secretário Municipal de Educação de Esperança considera e ordena que as medidas de afastamento social prematura sejam unânimes para combater a disseminação comunitária do COVID-19; Visto o disposto na Constituição Federal, de 1988, com destaque nos artigos 174, 205 e 206; Considerando as distribuições fixadas pela Lei Federal nº 9.394, de 1996- Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial no artigo 22, no § 2º do artigo 23 e no § 4º do artigo 32; De acordo com a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde; Considerando as declarações colocadas pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 03, de 2018, e do Parecer CNE/CEB 19, de 2009. À medida que considera a Nota de Esclarecimento colocada pelo Conselho Nacional de Educação em 18 de

março de 2020, da sugestão de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia do COVID-19; Tomando a Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020; Tomando que a Secretaria Municipal de Educação de Esperança tem um cenário de matrículas apreciando várias faixas etárias, prioritariamente adultos e idosos na EJA- Educação de Jovens e Adultos.

Vendo que a Secretaria Municipal de Educação de Esperança tem um número de matrículas na Educação Especial que precisa de técnicas adaptáveis para que permaneça o vínculo sociocultural e de aprendizado; De acordo com a Resolução nº 120/2020 de 15 março de 2020 Conselho Nacional de Educação; Considerando a responsabilidade social para uma educação de qualidade; considerando a precisão de lutar numa pandemia do COVID-19, protegendo alunos, profissionais da educação e demais colaboradores que trabalham nas unidades do sistema Municipal do Município de Esperança. E considerando a paralisação das aulas enquanto consequência da COVID-19; de acordo com o Decreto Municipal 1.950/2020 que prioriza proteger o alunado, os docentes, diretores, coordenadores e demais membros que compõe o corpo técnico da Secretaria Municipal de Esperança da probabilidade de contágio em relação à pandemia da COVID-19. Suspendeu as aulas na rede municipal de ensino.

Orientando à rede privada que também, assim obedecesse; considerando da obrigatoriedade de obedecer às 800 horas sem a necessidade dos 200 dias letivos, de acordo com a ordem do Ministério da Educação, o Município de Esperança através da Secretaria Municipal de Educação mostra a este Conselho o Plano Estratégico Escolar de acordo a diretriz do Conselho estadual de Educação no Art. 10º da Resolução 120/2020 publicada em 15 de abril de 2020 no Diário Oficial do Estado.

Permanecendo a considerar, ainda ser o direito à Educação um Direito Fundamental, conforme estar escrito na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; o Município de Esperança, através da Secretaria de educação não pode deixar de assistir aos municípios pertencentes à Educação, bem como percebe a Educação a única chance para a realização da dignidade do ser humano.

A Secretaria Municipal de Educação não pode deixar de assistir aos munícipes no concernente à Educação, bem como percebe ser a Educação o único caminho à realização da dignidade do ser humano consoante art. 1º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

4 METODOLOGIA

Este trabalho busca investigar os *impactos* e *desafios* no campo educacional fundamental I no município de Esperança-PB em tempos de pandemia do COVID-19 no período de 2020 e 2021. Foi um trabalho com uso da metodologia qualitativa, a partir da observação participante, análise de dados quantitativos, do levantamento em documentos escolares (fichas de matrículas) das/alunas/os do fundamental I, e do planejamento estratégico, da instituição escolhida para a pesquisa.

Esse novo modelo de atividades propostas se deu em razão de estarmos vivendo em tempos de pandemia, e não ser possível contato pessoal com os sujeitos da escola. Para isso, foi necessário fundamentar as discussões baseado em documentos oficiais e alguns autores como Alves (2011) que traz em seu inscrito o uso de tecnologias e a educação à distância; Chaves (1999) que ao falar da educação à distância, ressalta que por meio dessa distância pode ser utilizado outros meios de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens.

A observação direta ocorreu durante o ano de 2020 até novembro de 2021. Foi feita a análise dos dados, os quais foram obtidos por meio de métodos como: pesquisa documental como: O Plano Estratégico Escolar do município de Esperança, conforme prescrito na Resolução 120/2020 do Conselho Estadual de Educação. Assim, foi possível investigar os marcadores de dificuldades, desafios na escola, abordando as práticas de resistência, nesse período de pandemia, no cotidiano escolar para que os alunos fossem atendidos. A partir da metodologia quantitativa foi possível deduzir as particularidades desses indivíduos da pesquisa, como também as ações desenvolvidas e a participação no cotidiano da escola.

Destacamos que a pesquisa mostra uma preocupação com a interpretação do fenômeno estudado, considerando todos os significados encontrados na escola durante o período da pandemia do COVID-19 no município de Esperança.

A pesquisa descritiva, segundo o objeto da mesma, Gonçalves (2005, p.65) assevera que é aquela que objetiva descrever um objeto de estudo ou um segmento da educação escolar, posto ser esse o nosso estudo.

A coleta dos dados se deu de forma participativa, de levantamento de dados, documental e estudo de caso, assumindo características da pesquisa de campo (GONÇALVES, 2005, p. 67).

5 IMPACTOS CAUSADOS DURANTE A PANDEMIA

A pesquisa sobre o impacto do ensino remoto nos estudantes que considera as disposições fixadas pela Lei Federal nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial no artigo 22, no § 2º do artigo 23 e no § 4º do artigo 32; a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde; as manifestações colocadas pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 03, de 2018, e do Parecer CNE/CEB 19, de 2009; Pela Nota de apresentação emitida pelo Conselho Nacional de Educação em 18 de março de 2020, da proposta de parecer sobre reestruturação dos calendários escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais, durante o período de pandemia do COVID-19; a Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020; A Secretaria Municipal de Educação de Esperança apresenta um panorama de matrículas abrangendo várias faixas etárias, inclusive adultos e idosos na EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação de Esperança, tem de matrículas na Educação Especial que precisa de estratégias adaptadas para a continuidade do vínculo social, cultural e de aprendizado; Considerando a Resolução nº 120/2020 de 15 de março de 2020 do Conselho Estadual de Educação; O compromisso social para com a oferta de uma educação de qualidade; Da necessidade de enfrentar a pandemia causada pelo COVID-19 - resguardando alunos, profissionais de educação e demais colaboradores que atuam em unidades do Sistema Municipal do Município de Esperança. Acatamos *a suspensão das aulas* enquanto consequência da COVID-19 conforme Decreto Municipal 1.950/2020 que visando proteger o alunado, os professores, diretores, coordenadores e demais membros a compor o corpo técnico da Secretaria Municipal de Esperança, da possibilidade de contágio em relação à pandemia da COVID-19.

Suspendeu as aulas na rede municipal de ensino recomendando à rede privada que assim também procedesse. Da carência de cumprimento das 800 horas sem o império dos 200 dias letivos, conforme determinação do Ministério da Educação, o Município de Esperança, através da Secretaria Municipal de Educação apresenta a este *Conselho o Plano Estratégico Escolar* conforme diretriz do Conselho Estadual de Educação no Art. 10º da Resolução 120/2020 publicada em 15 de abril de 2020 no Diário Oficial do Estado. Apresenta que a Educação, enquanto valor, não pode ser deixada à margem, principalmente em um momento de pandemia com o qual está a viver a sociedade brasileira. De acordo com o Plano Estratégico, as instituições de ensino do município têm autonomia para decidir questões operacionais relativas ao calendário anual, desde que assegurada à carga horária mínima de cada etapa, conforme

legislação em vigor. “O Plano Estratégico Escolar traz as características e identificação de cada escola, ou seja, o plano não será unificado para todas as escolas do município de Esperança.” Cada escola desenvolverá sua maneira pedagógica e metodológica de maneira que atenda a todos os componentes curriculares com conteúdo e atividades indicadas a colaborar, de acordo com as necessidades dos educandos, tudo sendo sob orientação da Secretaria Municipal de Educação via os coordenadores de cada segmento educacional.

Nesse Plano Estratégico Escolar, específico de cada escola, apresenta o número de docentes, turmas e números de discentes para que pudesse ser planejado e elaborado um protocolo sanitário em consonância com a Secretaria de Saúde com o cuidado de proteger a saúde dos docentes, discentes, gestores e funcionários da escola instalando regras, de acordo com os decretos municipais alusivos à COVID-19 (uso de máscara em local público, e o uso de álcool gel) para assim a retomada das aulas presenciais.

Foi necessária uma quantificação para que se fosse feito um conjunto de metodologias variadas à realização das aulas remotas e atividades no caráter remoto de maneira que fosse possível a escola ir até ao estudante mediante o quadro da pandemia COVID- 19 que atingia toda a sociedade brasileira. Para melhor atender a normatização do Conselho Estadual de Educação, o Plano Estratégico Escolar, antes de iniciar o ensino remoto, fez um levantamento em números de professores e alunos com o intuito de ajustar as questões metodológicas para a realização da aula sem ter o professor em sala de aula na condição de mediador, mas que mantivesse presente em sua residência devido ao isolamento social, mas construindo seus planejamentos, suas atividades pedagógicas ou aulas virtuais que iria ser realizadas no contexto da rede municipal de Educação de Esperança. Pensando na redução de eventuais perdas para as crianças da Educação Infantil, foi sugerido e realizado a elaboração das atividades pedagógicas não presenciais que aconteceu por material *didático impresso*, e assim distribuídos aos alunos ou responsáveis, com *orientação* de leituras, projetos, atividades e exercícios sugeridos nos materiais didáticos.

De acordo as particularidades dos alunos, as escolas junto aos docentes puderam *dialogar* com a coordenação do segmento, elaborar orientações, sugestões para os pais ou responsáveis sobre atividades que as famílias realizassem juntos com seus filhos durante o período de isolamento social. A escola pode definir a possibilidade de como tornar o contato com os pais, pelas atividades, *uso de internet*, celular ou acesso síncrono ou assíncrono, definindo a oferta de *feedback*.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental o ensino remoto domiciliar enfrentou dificuldades para acompanhar atividades *on-line* uma vez que o ciclo de Alfabetização ainda

permanecia sendo alfabetizados, sendo necessária a orientação de adulto para ajudar na realização das atividades. Mas, teve a flexibilidade das atividades pedagógicas não serem presenciais, nesta etapa da educação básica.

Para que essas aulas chegassem até aos estudantes foram lançadas algumas sugestões de atividades, sem desconsiderar as que foram elaboradas; considerando o interesse de criar demais atividades por parte dos professores:

I- Aulas gravadas por via áudio *WhatsApp* de acordo com o plano de aula;

II- Atividades impressas e entregue a cada 15 dias aos pais;

III- Orientações aos pais para a realização dessas atividades impressas relacionadas aos objetivos de aprendizagens.

IV- Criação de materiais impressos de acordo com a idade da criança para realização de atividades (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem).

V- Orientações e sugestões para os pais com intuito deles conseguirem ajudar seus filhos nas leituras.

No Atendimento Educacional Especializado (AEE) teve seu espaço garantido nesse período de pandemia no Plano Estratégico, com orientações dos docentes regentes, docentes especializados, interligados com as famílias para melhora elaborar as atividades pedagógicas não presenciais a serem feitas. Desenvolveram suas funções na adequação de materiais, na orientação específica às famílias.

Já nas atividades da EJA- Educação de Jovens e Adultos foi elaborada atividades adequando-se a realidade dos alunos com material impresso.

Mas diante de toda essa estrutura designada pelo Plano Estratégico Escolar, foi de perceber os desafios e impactos causados pela pandemia do COVID-19 no aprendizado, na saúde desses estudantes. É notório que o ensino remoto restringiu a interação, comunicação e o acompanhamento do professor. Além disso, o impacto negativo na vida dos alunos foi enorme devido à crise da pandemia e o ensino remoto. O isolamento social trouxe como consequência a falta de proximidade com os colegas, a interação física, a falta dos de supervisão e ajuda dos docentes em seu processo de ensino e aprendizagem.

Ademais, os estudantes comentam a restrição do ambiente *online* para a participação efetiva. A restrição do ambiente para a participação do aluno pode interferir na coesão e dinâmica para desenvolvimento da aprendizagem.

6 ISOLAMENTO SOCIAL E IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DOS ALUNOS

A pandemia do COVID-19 trouxe como consequência o isolamento social, embora fosse uma medida necessária como uma maneira de combater a proliferação do vírus. Foi a partir dessa medida que houve o fechamento das escolas do município, universidades e outros segmentos, a fim de manter o distanciamento social e evitar uma não contaminação. Foi lançada uma quarentena que acabou por reduzir as interações sociais do cotidiano, o face a face, culminando como fator de estresse para todos. O isolamento foi de suma importância para proteger a nossa saúde física, evitando o contágio, mas, em contrapartida, quanto maior o período de isolamento desses alunos, professores, diretores, maiores seria as chances de distúrbios psiquiátricos. Ainda podendo desenvolver outros problemas como; estresse, preocupação, medo, ansiedade entre outros (DANZMANN PS, SILVA, GUAZINA, 2020.p.7).

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados da pesquisa, apresentaremos discussões, tabelas as quais serão discutidas com base em dados localizados pela escola Cícero Januário da Silva, Secretaria Municipal de Educação local e em outros estudos abordados. Esses dados produzidos foram encontrados, com maior ênfase, em 2021, visto que era esperado, sabendo que a pandemia iniciou em 2020, momento que foi contemplado a observação refletindo-se nas consequências que a mesma trouxe, afetando a educação de maneira geral. Uma das esferas afetadas foi a prática da *avaliação* a qual está presente no trabalho que exerciam os profissionais de educação. É discutido em torno de uma ressignificação prática, onde foi inserido mudanças na maneira de avaliar, de ensinar, de forma remota para poder, assim, acompanhar as aprendizagens dos alunos através das atividades impressas, corrigidas e devolvidas às famílias no intuito de amenizar a perda no aprendizado das crianças. Nas palavras de Cunha (2011).

Mesmo considerando a avaliação como uma prática secular na relação dos homens com o mundo produtivo - em que a escola se constitui num exemplo peculiar - é preciso registrar como essa dimensão do trabalho humano potencializou sua importância, na medida em que as estruturas capitalistas globalizadas se instituíram de forma efetiva (CUNHA, 2011, 565).

Nesse contexto as crianças tinham atendimento pedagógico domiciliar individual garantindo a escolarização e a dignidade. O atendimento a domicílio se tornou um espaço escolar para o processo de ensino aprendizagens dos conteúdos formais. Uma nova modalidade que aproximou o aluno do ambiente escolar formal, mas criou uma barreira da convivência do grupo maior, da escola, dificultando a formação de uma identidade social, cultural e escolar. Sabemos que essa identidade é construída por meio das interações do aluno com seu meio social, e a partir das relações de grupo que a criança convive, envolvida em atividades que agucem o seu pensar, reviver, registrando o que acontece na sua vida. Contudo a pandemia isolou a criança desse convívio social, escolar, causando assim, a perda dessa identidade, provocando nesse aluno à falta de interesse a volta ao espaço escolar, causando um *déficit* na aprendizagem, problemas psicossociais, evasão escolar entre outros.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (1998:14: apud, OLIVEIRA, Milani Guanaes, 2020, p.4)

[...] a identidade é um conceito do qual faz parte a idéia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir, de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa

e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição. [...] a autonomia é ‘a capacidade de se conduzir e de tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, a perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro’.

Essas barreiras causadas pela COVID-19 afetou a convivência escolar, domiciliar, social dificultando o surgimento uma identidade social. Esses alunos isolados em domicílio estavam inteiramente convivendo diretamente com o isolamento social. Portanto, a discussão desse artigo traz os dados da efetivação de uma identidade real e virtual dos alunos, professores, na utilização dos dispositivos móveis, das atividades pedagógicas, podendo assim, identificar esse sujeito como protagonista de sua história e conhecimentos.

Foram dadas a esse procedimento de ensino remoto, na pandemia, diversas maneiras de uso desse dispositivo nas áreas educativas. E para isso, foi de extrema relevância analisar pela metodologia quantitativa, na modalidade de pesquisa de dados. Nesta perspectiva são apresentados dados de ordem pedagógica, de ordem domiciliar, de estrutura escolar. Os resultados da pesquisa apontaram que toda a dinâmica escolar da Escola Cícero Januário da Silva durante a pandemia foi pautado em orientações advindas da secretaria municipal de educação da cidade de Esperança-PB, possibilitando ao aluno, aos professores a construção de nova identidade sobre o aprendizado, a sociedade, para desenvolver novas habilidades cognitivas, sócios afetivos e corporais.

De acordo com o contexto apresentado, podemos descrever o atendimento pedagógico domiciliar, a preservação de contágio, o rendimento escolar, o número de alunos, números de turmas, números de alunos laureados, números de alunos com transtorno psicossociais. Porém todos os alunos tinham aula em casa individualmente, mas não estavam isolados, porque faziam parte de um contexto maior. Sabendo que sendo por meio das interações do aluno, meio social e sua autoimagem é realizada partindo das relações existentes nos grupos em que a criança convive, incluir o aluno nessas atividades remotas favorecendo o pensar, o refletir, revivendo e registrando os familiares, da sua realidade, da escola, da comunidade, tudo isso contribuiu na formação da identidade, também como na sua autoimagem.

Foi possível identificar dados que traz um diagnóstico real da escola Cícero Januário da Silva na pandemia do COVID-19. Podemos citar toda a logística escolar para que o atendimento pedagógico domiciliar através das atividades impressas chegasse até ao aluno, de como foi elaborado a dinâmica de preservação de contágio, e todos os números relacionados a turmas, alunos laureados, e com transtornos psicossociais. Para que tudo ocorresse de maneira segura,

foi planejado e elaborado junto a direção, professores de como seria feito a entrega dessas atividades impressas a essas famílias. Para isso a tabela mostra como tudo foi distribuído.

Preservação de contágio:

Máscaras acrílicas/descartáveis	Álcool em gel	Atendimento individual
Usadas pela escola e famílias	Usado nas mãos	Uma pessoa por vez
Filas	Distanciamento social	Canetas individuais
Das famílias dos alunos	De 2m entre uma pessoa e outra.	Uma por família

É possível observar que foram respeitados todos os protocolos de prevenção exigidos pela OMS - Organização Mundial de Saúde para prevenção a proliferação do vírus na escola.

Entrega das atividades impressas:

Modalidade de Ensino	Impressão das atividades	Período entrega
Educação Inf. Fundamental I	Impressas na escola	A cada 15 dias.
Período da devolutiva pelas famílias	Período de entrega aos docentes	Correção
15 dias após o recebimento	Após três dias de recebidas	15 dias

Para que acontecesse todo o processo de atendimento pedagógico com relação as atividades impressas, também manteve um controle no período de entrega, devolutiva e correção dessas atividades que iam a domicílio.

Números de alunos atendidos:

Modalidade/ensino	Seguimentos	Faixa etária	Nº de turmas	Nº de alunos
Educação Infantil	Pré I	04 anos	01	13
Fundamental I	Pré II e 1º ano	05 a 06 anos	02	13

Fundamental I	2º e 3º ano	07 a 08 anos	02	17
Fundamental I	4º e 5º ano	09 a 10 anos	02	17
EJA -Fase I	Do 1º ao 5º ano	14 anos	03	44

De acordo com o número existente, percebe-se que teve um percentual de 100% de alunos atendidos com essas atividades, evitando uma possível evasão escolar.

Rendimento escolar:

Últimos três anos	2020	2021	2022
Taxa de aprovação	100%	100%	100%
Taxa de reprovação	0%	0%	0%
Taxa de abandono/evasão	0%	0%	0%
Taxa de distorção série/idade	0%	0%	0%

Com relação a esses anos de pandemia, foi possível identificar que não teve reprovação, evasão, distorção série idade e uma aprovação de 100%, isso acordado pelo CNE- Conselho Nacional de Educação que aprovou parecer recomendando que as escolas públicas e privadas evitassem a reprovação dos estudantes por causa da pandemia no ano de 2021.

Alunos com transtorno psicológicos:

Números de alunos	2020	2021	2022	2023
Alunos com laudos	0%	0%	01	04
Alunos com acompanhamento psicológico	01	01	07	09

De acordo a tabela acima, é perceptível observar um número crescente de alunos com laudos e com atendimentos em psicólogos, sabendo que tudo isso é evidente a consequência da pandemia. Segundo o Decreto nº 2.002, de 10 de setembro de 2021, que lançou o Protocolo de Retorno às aulas presenciais do Município de Esperança, foi exigido um Plano Estratégico baseado na realidade de cada escola, um Termo de autorização onde pais/mães/responsáveis assinaram autorizando seus filhos irem à escola nesse retorno. Também foi oferecidos treinamentos a todos os funcionários da escola como: auxiliares de serviços gerais, vigilantes sobre os protocolos de segurança a prevenção acerca do retorno das aulas presenciais.

Para que a escola voltasse às aulas presenciais foi elaborado um Plano Estratégico onde descrevia a realidade da escola, podendo assim medir salas, para respeitar o distanciamento social entre cada criança.

Para que todo trabalho fosse executado com segurança, foi preciso respeitar algumas medidas na hora da merenda, de ir ao banheiro, dentro de sala, no recreio, entrada e saída de todos. Com relação entrada e saída desses alunos, todos eram recebidos com máscaras, álcool 70%, tapete sanitizante, termômetro digital, entrando separadamente cada um para sua sala, ficando sentada toda a aula na carteira, sem compartilhar materiais didáticos com seus colegas, saindo ao banheiro individual, lavando bem as mãos e álcool ao entrar na sala. A merenda era servida dentro de sala, depois de todos serem higienizados com álcool, após terminar, todos ficava na sala sem recreio, saindo apenas na hora do término da aula.

Metragem das salas:

Seguimento	Quantidade	Sala	Medidas
Pré I	13 alunos	01	8x6 dá 3m.70
Pré II e 1º ano	13 alunos	02	8x6 dá 3m.70
2º e 3º ano	17 alunos	03	8x6 dá 2m. 82
4º e 5º ano	17 alunos	04	8x6 dá 2m.82
EJA	44 alunos	-	-

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados dessa pesquisa foi evidente que diante da situação vivenciada pela escola durante a pandemia do COVID-19 tudo que foi planejado, elaborado e executado com maior cuidado e responsabilidade para que as famílias junto aos estudantes fossem atendidas de maneira segura. A partir disso todas podem compreender que a escola em conjunto com a secretaria de educação, coordenadoras e docentes manteve-se em união, sempre buscando meios de melhorias para planejar, elaborar suas aulas remotas e assim poder manter um ensino menos impactante, menos danoso.

O cenário da Pandemia trouxe uma nova concepção de vida, agregaram novas relações afetivas e profissionais, ressignificando a forma de trabalho das pessoas através do remoto.

Todos passaram a conviver cotidianamente de forma isolada; isso causou inúmeros conflitos entre as famílias; o afastamento entre elas para proteção de cada um; outros seguiram suas vidas normalmente, por necessitarem do trabalho, pela sobrevivência, outros por não acreditarem na existência do vírus. Enfim, tudo isso nos apresentou uma nova realidade.

Ao voltar às aulas presenciais, toda a logística escolar permaneceu, com segurança e mantendo todos os protocolos sanitários.

Para a efetivação do trabalho foi preciso, como já apontado, respeitar algumas medidas na hora da merenda, de ir ao banheiro, dentro de sala, no recreio, entrada e saída de todos. Com relação entrada e saída desses alunos, todos eram recebidos com máscaras, álcool 70%, tapete sanitizante, termômetro digital, entrando separadamente cada um para sua sala, ficando sentada toda a aula na carteira, sem compartilhar materiais didáticos com seus colegas, saindo ao banheiro individual, lavando bem as mãos e álcool ao entrar na sala. A merenda era servida dentro de sala, depois de todos serem higienizados com álcool, após terminar, todos ficava na sala sem recreio, saindo apenas na hora do término da aula.

O ensino remoto, no entanto, nos apontou outros caminhos, outros recursos e relacionamentos, que por certo permanecerão dentro da escola e para além dela.

Apontamos, por fim, que o lugar do aluno e do professor é na escola, a mesma constitui em um *habitus e campo* da formação identitária do educando. Com a educação remota, os estudantes parecem perder a sua identidade de aluno, o ser com o outro, dessa forma a experiência foi positiva, dentro de suas possibilidades. Mas ressalta o valor da escola e da convivência com o outro para a formação do ser coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Lucinéia. **Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2011. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf Acesso 28. Mai. 2023.
- BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 2017.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAVES, Eduardo O. C. **Tecnologia na educação, ensino a distância, e aprendizagem mediada pela tecnologia:** conceituação básica. Revista Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ano III, número 7, novembro de 1999 [online] Disponível: <http://www.edutecnet.com.br/Textos/Self/EDTECH/EAD.htm> [Texto Acesso em: 28. Mai. 2023.
- CUNHA, Maria Isabel da. **Aprendizagem ao longo da vida e avaliação do desempenho profissional.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 559-572, 2011.
- DANZMANN, Pâmela Schultz; SILVA, Ana Cláudia Pinto da; GUAZINA, Félix Miguel Nascimento; **Implicações da morte e luto na saúde mental do sujeito frente à pandemia.** Artigo de Revisão. In DOI Revista Multidisciplinar e de Psicologia. IN DOI 10.14295/online.v13i47.2089. [2020].
- E JUNIOR, Ruiz, Silva. **A identidade do professor no contexto das avaliações em um período de pandemia.** 2021. Disponível em:< Revista Eletrônica Pesquiseduca>. Acesso em: 28 maio 2023.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** 4. ed. Campinas/SP: ALÍNEA, 2005.
- GOULART, João. **Lei de Diretrizes e Bases da educação:** Educação Nacional.1961.
- GRECO JUNIOR, Tiago Eurico de Lacerda e Raul. **Educação remota em tempos de pandemia:** ensinar, aprender e ressignificar a educação. Curitiba: Bagai, 2021.281p.
- MUNICIPAIS, Leis. Decreto nº1.950, de 19 de março de 2020.
disponível em:<2020>.Acesso em 27.
Junh.2023.<https://leismunicipais.com.br/a/pb/e/esperanca/decreto/2020/195/1950/decreto-n-1950-2020-altera-o-decreto-n-1948-de-15-de-marco-de-2020-e-o-decreto-n-1949-de-17-de-marco-de-2020>.
- OLIVEIRA, Rita de Cassia Jesus Santos de; MILANI, Ive Carolina Fiuza F; GUANAES, Sinaia Lopo. **Identidade:** real e virtual nos diversos espaços educativos em tempo de pandemia.2020. disponível em :<2020>. Acesso em: 28. Mai.2023.

ANEXO

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEDUC**

Rua Manuel Rodrigues, 310 – Centro Esperança – PB CEP 58.135.000 – Fone/Fax (83) 3361-3806.

**PLANO ESTRATÉGICO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA
CONFORME PRESCRITO NA RESOLUÇÃO 120/2020 DO CONSELHO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.**

**REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO
REMOTO NO MUNICÍPIO DE
ESPERANÇA – PB PARA
ESTABELECIMENTO DO REGIME
ESPECIAL DE ENSINO EM CARÁTER
EXCEPCIONAL E TEMPORAL
DEVIDO À PANDEMIACOVID-19.**

O Secretário Municipal de Educação de Esperança no uso de suas atribuições legais e considerando as declarações da Organização Mundial de Saúde - OMS, que indicam que as medidas de afastamento social precoce são eficazes para restringir a disseminação comunitária do COVID-19.

Considerando o disposto na Constituição Federal, de 1988, com ênfase nos artigos 174, 205 e 206.

Considerando as disposições fixadas pela Lei Federal nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial no artigo 22, no § 2º do artigo 23 e no § 4º do artigo 32.

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde; Considerando as manifestações exaradas pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 03, de 2018, e do Parecer CNE/CEB 19, de 2009.

Considerando a Nota de Esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação em 18 de março de 2020, da proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares

e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia do COVID-19;

Considerando a Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020.

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação de Esperança tem um cenário de matrículas contemplando várias faixas etárias, inclusive adultos e idosos na EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação de Esperança, tem de matrículas na Educação Especial que necessita de estratégias adaptadas para a continuidade do vínculo social, cultural e de aprendizado.

Considerando a Resolução nº 120/2020 de 15 de março de 2020 Conselho Estadual de Educação.

Considerando o compromisso social para com a oferta de uma educação de qualidade.

Considerando a necessidade de enfrentar a pandemia causada pelo COVID-19 - resguardando alunos, profissionais de educação e demais colaboradores que atuam em unidades do Sistema Municipal do Município de Esperança.

Considerando a suspensão das aulas enquanto consequência da Covid-19 conforme decreto municipal 1.950/2020 que visando resguardar o alunado, os professores, diretores, coordenadores e demais membros a compor o corpo técnico da Secretaria Municipal de Esperança da possibilidade de contágio em relação à pandemiada Covid-19 suspendeu as aulas na rede municipal de ensino recomendando à rede privada que assim também procedesse.

Considerando da necessidade de cumprimento das 800 horas sem o império dos 200 dias letivos, conforme determinação do Ministério da Educação, o Município de Esperança através da Secretaria Municipal de Educação apresenta a este Conselho o Plano Estratégico Escolar conforme diretriz do Conselho Estadual de Educação no Art. 10º da Resolução 120/2020 publicada em 15 de abril de 2020 no Diário Oficial do Estado.

Considerando, ainda, ser o direito à Educação um Direito Fundamental, conforme prescreve a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o Município de Esperança, através da Secretaria Municipal de Educação não pode deixar de assistir aos munícipes no concernente à Educação, bem como percebe ser a Educação o único caminho à realização da dignidade da pessoa humana consoante Art. 1º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Considerando, por este olhar, que a Educação enquanto valor não pode ser deixada à margem, principalmente em um momento de pandemia com o qual está a viver a sociedade brasileira.

Considerando a Resolução do Conselho Estadual de Educação em seu Art. 2º onde se pode ler que “as redes e sistemas de ensino gozam de autonomia para decidir questões operacionais relativas ao calendário anual de suas instituições, desde que assegurada a carga horária mínima de cada etapa, conforme legislação em vigor.” E, em seu §1º onde está posto que “a adequação do calendário anual deverá ser feita oportunamente, após a análise da realidade de cada instituição de ensino, considerando a legislação nacional em vigor e do §2º, da supracitada Resolução está posto que “o registro das atividades e da participação efetiva dos estudantes deve ser validado pelos conselhos escolares ou órgãos congêneres ao final do regime especial de ensino, conforme planejamento referido nos Planos Estratégicos Escolares, detalhado no Art. 10º desta Resolução, como forma de garantir o cumprimento da carga horária do ano letivo de 2020.”

Considerando o disposto nos artigos 2º e 10º da Resolução em comento estamos apresentar a este conselho o prescrito no Art. 10º da referida Resolução dentro da realidade educacional do município de Esperança e de acordo com a legislação nacional concernente à Educação em vigor e considerando, ainda, a Base Nacional Curricular Comum – BNCC, implementada no Município de Esperança desde novembro de 2019.

Considerando a Resolução 120/2020 do Conselho Estadual de Educação publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 15 de Abril de 2020 a Secretaria Municipal de Educação de Esperança vem, mui respeitosamente, ao Conselho Municipal de Educação apresentar as linhas, gerais e específicas, do Plano Estratégico Escolar para retorno às aulas em sentido de ensino remoto, estabelecer, em caráter de excepcionalidade, a regulamentação do ensino remoto nas escolas da rede municipal do Município de Esperança. Diferenciando-se o Ensino Remoto da Educação à Distância. Enquanto a Educação a Distância está regulamentada pela Lei 9.394/96, vindo a sofrer nova regulamentação pelo Decreto 9.057/2017 que afirma, em seu Art. 1º “considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.”

Não cabendo tal definição legal ao Ensino Remoto, visto que o Ensino Remoto mantém a mesma grade curricular do ensino presencial valendo-se da tecnologia e outras estratégias para mediar a relação professor-aluno. Na Educação a Distância o que temos são grades curriculares diversas adequadas a meios tecnológicos distintos para cada nível de ensino. No caso do Ensino

Remoto, ainda sem regulamentação no âmbito do Município de Esperança, não haverá alteração de grade curricular e de horas necessárias ao aprendizado. Podendo, a depender da evolução ou involução da pandemia Covid-19, vir a sofrer alterações no calendário escolar, o que necessitaria de nova regulamentação. O caráter de excepcionalidade perdurará enquanto houver impossibilidade de aulas presenciais no âmbito do município de Esperança em conformidade com as medidas preventivas alusivas à Covid-19 e que estão fora de normatização por parte da Secretaria Municipal de Educação, visto que estas cabem as autoridades no campo da saúde.

DO PLANO ESTRATÉGICO ESCOLAR

1 DA IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

O Plano Estratégico Escolar conterá a identificação de cada unidade escolar considerando a especificidade de cada unidade escolar. Ou seja, não haverá um plano universal para as escolas e creches do Município de Esperança. Cada seguimento educacional irá trabalhar de maneira pedagógica e metodológica de forma a atender os componentes curriculares com conteúdo e atividades direcionadas a suprir as necessidades dos educandos sob orientação da Secretaria Municipal de Educação via os coordenadores de cada seguimento educacional.

2 DA QUANTIFICAÇÃO DE DOCENTES, TURMAS E DISCENTES.

O Plano Estratégico Escolar considerará a quantidade de docentes, existência das turmas e número de discentes para que se possa ser elaborado um protocolo sanitário em parceria com a Secretaria de Saúde com o fito de resguardar a saúde dos gestores, docentes, discentes e funcionários da Escola estabelecendo regras, conforme os decretos municipais alusivos à Covid-19 (uso de álcool gel, máscara em local público) para quando do retorno das aulas presenciais.

A quantificação se faz necessário para que possa ser estabelecido um conjunto de metodologias diversas à realização de aulas remotas (vide tabela ao final) e atividades no sentido remoto de forma que seja possível a escola chegar até o estudante mediante o quadro da pandemia Covid-19 vivido pela sociedade brasileira.

Visando atender a normatização do Conselho Estadual de Educação este Plano Estratégico Escolar, antes do ensino remoto, irá fazer levantamento quantitativo de docentes e

discentes com o objetivo de adequar as questões metodológicas à realização da aula sem a presença do professor em sala de aula na condição de mediador, mas estando presente em sua residência devido ao isolamento social vigente, na construção das atividades pedagógicas e/ou aulas virtuais que serão realizadas no âmbito da rede municipal de Educação de Esperança.

Visando reduzir eventuais perdas para as crianças da Educação Infantil, sugere-se permitir a realização de atividades pedagógicas não presenciais que podem acontecer por meio da adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuídas aos alunos via seus pais e/ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos.

As escolas viam seus professores, considerando suas particularidades, poderão em conversação com a coordenação do seguimento, elaborar orientações/sugestões aos pais e/ou responsáveis sobre atividades que possam ser realizadas com seus filhos durante o período de isolamento social. Deve-se, ainda, admitir a possibilidade de tornar o contato com os pais, tutores e responsáveis pelas atividades, mais efetivo com o uso de *internet*, celular ou mesmo de orientações de acesso síncrono ou assíncrono. A escola, por sua vez, deverá definir a oferta do instrumento de resposta e *feedback*. As atividades propostas podem ser entre as que podem ser propostas pelos professores em conversação com os coordenadores do seguimento:

I - Para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas educativas à faixa etária;

II - Para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, desenho, brincadeiras, jogos, músicas de criança, filmes e programas infantis pela TV e até algumas atividades em meios digitais, quando possível. Para tanto, seria possível passar o caderno de atividades, desenhos, brincadeiras, para os pais desenvolverem com as crianças.

Nas atividades escolares pelo ensino remoto domiciliar dirigido aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental existem dificuldades para acompanhar atividades *on-line* uma vez que as crianças do ciclo de Alfabetização encontram-se em fase de alfabetização, sendo necessária supervisão de adulto para realização de atividades. No entanto, pode haver possibilidades de atividades pedagógicas não presenciais com as crianças desta etapa da educação básica. Para tanto sugere-se aqui as seguintes possibilidades de atividades, sem desconsiderar as que serão elaboradas considerando o interesse e possibilidade de criação por parte dos professores:

- I – aulas gravadas pela televisão organizadas pela escola de acordo com o planejamento de aulas;
- II – lista de atividades e exercícios, sequências didáticas, trilhas de aprendizagem por fluxo de complexidade relacionadas às habilidades e aos objetos de aprendizagem;
- III – orientações aos pais para realização de atividades relacionadas aos objetivos de aprendizagem e habilidades da proposta curricular;
- IV - sugestões para que os pais realizem leituras para seus filhos;
- V - elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança para realização de atividades (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem);
- VI - realização de atividades *on-line* síncronas, regulares em relação aos objetos de conhecimento, de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- VII - oferta de atividades *on-line* assíncronas regulares em relação aos conteúdos, de acordo com a disponibilidade tecnológica e familiaridade do usuário;
- VIII - estudos dirigidos com supervisão dos pais;
- IX - exercícios de acordo com os materiais didáticos utilizados pela escola;

Nas atividades escolares pelo ensino remoto domiciliares dirigidas aos Anos Finais do Ensino Fundamental, nesta etapa, as dificuldades cognitivas para a realização de atividades *on-line* são reduzidas ao longo do tempo com maior autonomia dos estudantes, sendo que a supervisão de adulto para realização de atividades pode ser feita por meio de orientações e acompanhamentos com o apoio de planejamentos, metas, horários de estudo de forma a facilitar o estudo *on-line*. Aqui as possibilidades de atividades pedagógicas não presenciais ganham maior espaço. Neste sentido, sugere-se:

- I - elaboração de sequências didáticas construídas em consonância com as habilidades e competências preconizadas por cada área de conhecimento na BNCC.
- II - realização de atividades *on-line* síncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- III- oferta de atividades *on-line* assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- IV - estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros;

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido no período de emergência onde passa a ter vigência este Plano Estratégico, mobilizado e orientado por

professores regentes, professores especializados, em articulação com as famílias para a organização das atividades pedagógicas não presenciais a serem realizadas.

Os professores do AEE atuarão com os professores regentes em rede, articulados com a equipe de coordenação, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários. Eles também deverão dar suporte às escolas na elaboração de planos de estudo individualizados, segundo a singularidade dos alunos, a serem disponibilizados e articulados com as famílias.

Nas atividades escolares pelo ensino remoto domiciliar dirigidas a Educação de Jovens e Adultos podem ser observadas as direcionadas as do Ensino Fundamental, adequado a realidade dos alunos de acordo com a plataforma e/ou impressão de material contendo atividades pedagógicas complementares.

3 DA DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA O REGIME ESPECIAL DE ENSINO.

Considerando a existência no município de Esperança de uma estrutura curricular definida com base na Base Nacional Curricular Comum – BNCC - e nas legislações em vigor acerca da educação não trata este Plano Estratégico Escolar de definir uma nova estrutura curricular. Entretanto, diante da situação emergencial que atingiu a sociedade brasileira e, no caso deste Plano, a Educação em todos os seus seguimentos se faz necessário definir estratégias que atendam as atividades complementares que serão postas no sentido remoto fazendo a escola chegar até o alunado de forma universal.

Isto posto, é imperioso entender das diferenças socioeconômicas presentes à sociedade brasileira e que terminam por edificar uma muralha entre aqueles detentores do acesso à internet dos que não possuem o alimento à mesa. Desta forma, as atividades complementares irão procurar atingir o universo de alunos matriculados na rede municipal de ensino garantindo a estes o prescrito no texto constitucional e vendo a Educação como direito fundamental e universal.

Neste esteio, se faz presente deixar claro que estamos a falar de atividades complementares ao conteúdo existente no interior da matriz curricular do Município de Esperança em consonância com a legislação em vigor. Estas atividades complementares são alusivas, em um primeiro momento, a uma retomada do conteúdo ministrado antes da paralisação devido à pandemia e, em um segundo momento, de atividades complementares às

atividades existentes nos livros didáticos e materiais preparados pelos professores sob orientação dos coordenadores de cada seguimento dentro da organização curricular existente no Município.

Sendo assim, este momento emergencial não estará deslocado do planejamento inicial para o ano letivo. Pelo contrário, será a ele complementar considerando o conteúdo de cada seguimento na forma de regime especial de ensino até que a situação venha a ser normalizada tendo como ponto de partida o envolvimento de coordenadores, diretores e professores.

Por se tratar de um regime especial de ensino a comunicação entre coordenadores, diretores, professores, alunos e famílias destes alunos será um ponto onde não deve sofrer interrupções ou rupturas. Portanto, não haverá atividades complementares via ensino remoto sem planejamento a envolver todos estes que antecedem a chegada do material ao aluno: coordenadores, diretores e professores, bem como sem considerar o lado familiar e a situação socioeconômica vivenciada pelo público discente daquela unidade educacional em especial.

Neste sentido ficam as unidades da rede pública do Sistema Municipal de Ensino encarregadas de manterem contato com a comunidade escolar, por meio digital e/ou escrito, com a finalidade de promover a divulgação das ações recomendadas pelos órgãos de saúde para controle da pandemia.

À Secretaria Municipal de Educação compete, quando do retorno às atividades presenciais, definir estratégias para atendimento aos alunos que, porventura, não tenham sido beneficiados pelas atividades escolares em regime especial domiciliar e de acompanhamento daqueles que foram contemplados pelas iniciativas.

Considerar-se-á, ainda, a realidade de cada escola, seu público discente, seguimentos existentes no estabelecimento educacional, a localização deste para que, desta forma, a elaboração do planejamento das atividades estejam em consonância com o público-alvo e possam, assim, atingir o maior universo de alunos possível. O objetivo deste Plano Estratégico Escolar é atender todo o alunado da rede municipal de ensino de Esperança.

4 DA DETERMINAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COMPLEMENTARES NO PERÍODO DE REGIME ESPECIAL DE ENSINO EM CADA UMA DAS ETAPAS, NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADOS PELA INSTITUIÇÃO.

De acordo com a Resolução em comento, advinda do Conselho Estadual de Educação, a palavra local termina por ter uma dimensão maior devido a impossibilidade de copiar modelos

existentes no campo da Educação e, ainda mais, quando se trata de um plano emergencial. Cada Município possui sua realidade e esta abertura está posta pelo Conselho Estadual de Educação na Resolução 120/2020.

Neste interim, a estratégia local em relação ao Município de Esperança é mais clarificada. Deve-se considerar que desde novembro de 2019 a realidade educacional de Esperança está atrelada a um avanço significativo quando da implementação da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Tal avanço delimita, de forma ampla, que as atividades pedagógicas complementares considerarão as competências e habilidades conforme previsto no documento BNCC – Esperança. Além disso, facilitará o realizar de tais atividades ao considerar as questões sócio emocionais presentes na BNCC a perpassar competências e habilidades. Por este olhar, e considerando a estrutura educacional local o reforço à comunicação entre secretaria através das coordenações em contato permanente com diretores e professores facilitará a construção de uma relação ensino-aprendizagem via atividades pedagógicas complementares de forma a mitigar o desgaste por ocasião da pandemia Covid-19.

Na mesma Resolução, ainda no mesmo item, necessário frisar que esta estrutura de atividades complementares não será permanente, mas existirá enquanto perdurar o conjunto de restrições impostas pela pandemia Covid-19. Considerando o retorno às aulas presenciais será necessária a realização de diagnóstico por parte do professor perante o alunado de forma a identificar situações onde a aprendizagem ocorreu, onde a situação foi apenas mitigada e onde não se obteve sucesso para que, dentro das normas sanitárias vigentes e as que poderão vir enquanto consequência da pandemia Covid-19, redesenhar o caminho do discente trazendo-o de volta ao caminho da aprendizagem. Não podemos deixar de lado que o retorno às aulas presenciais, ainda incertos, será regrado por normas sanitárias que deverão ser cumpridas por todos os membros da unidade escolar.

Tal situação irá ocorrer como dito anteriormente, em todos os seguimentos educacionais. Considerados, em nossa realidade, a creche, a educação infantil, o ciclo, a escola do campo, o ensino fundamental I, o ensino fundamental II e a EJA I e EJA II (Educação de Jovens e Adultos).

A manutenção do vínculo Escola-Família e da relação professor-aluno dentro da realidade ensino remoto estabelece uma possibilidade com a qual somente teremos resultados ao término deste período emergencial advindo pela pandemia Covid-19. Estamos, neste sentido, a fazer referência à construção de autonomia por parte do discente que passará a enfrentar realidade diversa da cotidiana e, sendo assim, terá de estabelecer uma rotina de estudos para acompanhar e realizar as atividades pedagógicas complementares que estarão sendo enviadas

pelos professores com planejamento, acompanhamento e apoio permanente dos coordenadores, e estes em conversação com as direções dos estabelecimentos educacionais a conformarem a rede municipal de ensino do Município de Esperança.

Quanto ao elemento tempo (duração do regime especial de ensino) inexistirá possibilidade da Secretaria Municipal de Educação, Coordenadores, Diretores e Professores indicarem que estará ocorrendo o retorno no modelo ensino remoto e terminando em data determinada pela impossibilidade de se determinar o controle, estabelecimento de vacina à comunidade e/ou término da pandemia Covid-19. O período de regime especial de ensino estará direcionado pela Secretaria Municipal de Ensino de Esperança após aprovação por parte do Conselho Municipal de Ensino, conforme rege a legislação em vigor. Diante da situação presente outro calendário somente poderá ser estabelecido ao término do regime especial de ensino. Ou seja, em data incerta pelas condições sanitárias, socioeconômicas, políticas e educacionais impostas pela Covid-19.

A cada unidade educacional, compreendida para efeito legal enquanto creches e escolas, será utilizado desde da modalidade ensino remoto com a utilização da internet, sala de aula virtual, You Tube, e-mail, whatsapp e cadernos contendo atividades pedagógicas complementares. Esta última estratégia compreenderá um período semanal com alternância de dias na escola onde as atividades serão entregues aos pais, e ou responsáveis pelos discentes, e devolvidos na semana seguinte com envio de novas atividades de forma a evitar ao máximo o fluxo de pessoas que possa gerar aglomeração no interior, ou no entorno, da unidade escolar. Objetivando evitar aglomerações, como recomendam as normas sanitárias de combate ao Covid-19, quando da utilização de entrega de atividades através de cadernos ou material impresso a mesma ocorrerá considerando a quantidade de turmas existentes à escola, a quantidade de alunos por turma, o espaço físico da mesma e a distância física de 02 (dois) metros entre as pessoas que deverão fazer uso, no sentido obrigatório, de máscaras como forma de prevenção e consoante a legislação vigente onde em nenhum espaço público será permitido o ingresso de pessoas sem máscara. No interior dos estabelecimentos de ensino haverá disponibilidade de álcool gel no cumprimento das normas sanitárias vigentes em regime de urgência no Município de Esperança. Igualmente, nenhuma atividade será realizada na escola, mas apenas recebida e entregue sem permanência de pais e/ou responsáveis no interior do estabelecimento escolar. O vínculo escola/família e professor/aluno ocorrerá através das atividades pedagógicas complementares.

5 DA DETERMINAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COMPLEMENTARES NO PERÍODO DE REGIME ESPECIAL DE ENSINO.

Tendo em vista a divisão em dois pontos de abordagem: estratégia local de monitoramento e avaliação do funcionamento das estratégias de desenvolvimento das atividades pedagógicas complementares. Passaremos a abordá-los na ordem proposta pela Resolução 120/2020 do Conselho Estadual de Educação suporte a este Plano Estratégico Escolar.

No concernente à indicação da estratégia local de monitoramento a Secretaria Municipal de Educação através de sua estrutura física e de pessoal estará acompanhando a regularidade das atividades pedagógicas complementares em sentido remoto. A palavra monitoramento deve ser entendida, para todos os fins deste Plano Estratégico Escolar, em seu sentido pedagógico como caminho para que a secretaria e os coordenadores possam acompanhar a parte referente ao conteúdo programático, alinhamento deste com a Base Nacional Curricular Comum, habilidades, competências e vínculo escola/família. Tal estratégia está assentada no acompanhamento da grade curricular, atividades e resultados, bem como orientação aos professores de cada seguimento educacional.

No que diz respeito a avaliação do funcionamento das estratégias de desenvolvimento das atividades pedagógicas complementares no período de regime especial de ensino será considerada a produção por parte do discente em relação às atividades propostas pelos professores. No sentido técnico-pedagógico da palavra avaliar enquanto mensuração do conhecimento apreendido pelo discente esta deverá ocorrer quando do retorno às aulas presenciais em relação ao conteúdo ministrado durante o período de regime especial de ensino. Sendo assim, não haverá mensuração do conhecimento durante o período de regime especial de ensino, ficando está para quando do retorno às aulas presenciais. Frisa-se a não existência de prejuízo por parte do discente, visto que este será acompanhado na relação do conhecimento a ser apreendido conforme matriz curricular em consonância com a Base Nacional Curricular Comum – BNCC.

6 DA ESTRUTURAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL PARA MANTER UMA ROTINA DE COMUNICAÇÃO COM OS ESTUDANTES E RESPONSÁVEIS, PARA QUE AS DÚVIDAS ACERCA DA EXECUÇÃO DOS ROTEIROS DE ESTUDOS SEJAM SANADAS.

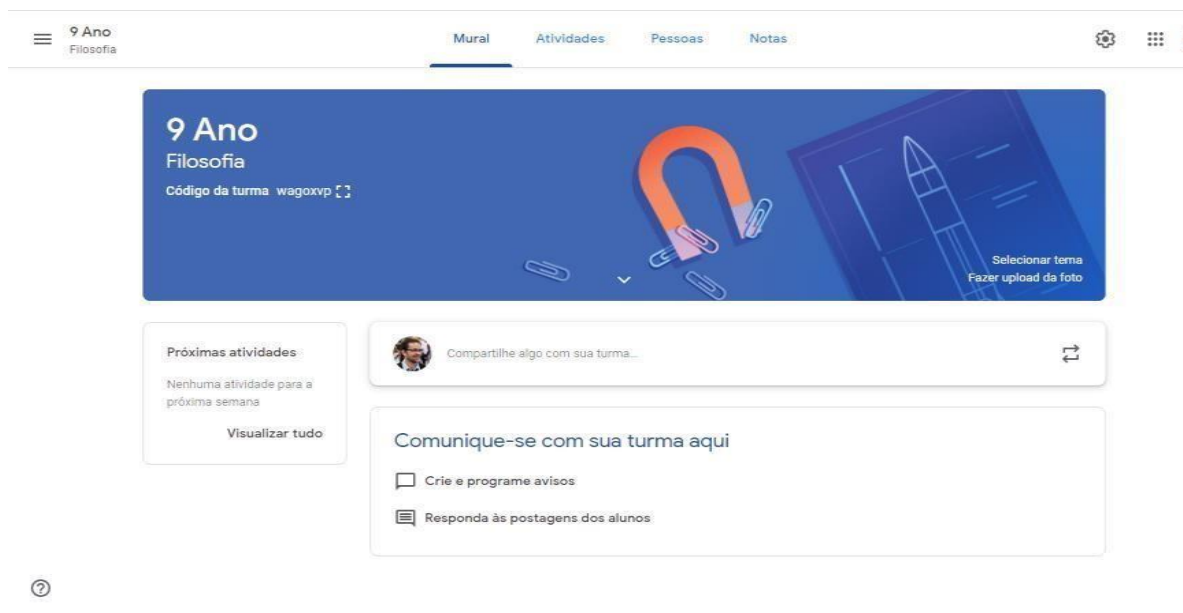
A comunicação entre todos os entes envolvidos no processo ensino- aprendizagem é de importância fundamental e tal constatação independe deste Plano Estratégico Escolar para um regime especial de ensino fruto da pandemia Covid-19. Entretanto, diante do quadro em que está a viver a educação e os seus partícipes diretos – professores e alunos – o estabelecimento de uma comunicação com a menor quantidade de ruídos possível é a meta deste Plano Estratégico Escolar.

Visando diminuir a possibilidade de conflitos nascidos a partir da comunicação este Plano Estratégico Escolar apresenta que as atividades pedagógicas complementares e/ou outra qualquer situação de cunho pedagógico deverá perpassar pela relação secretaria enquanto órgão gestor, apoiado pela direção na condição de gestora local (escola) e na relação coordenação-professor até chegar ao aluno. Sendo assim, haverá, antes de qualquer atividade pedagógica complementar, reunião com diretores, professores e coordenadores para que todos sejam conhecedores das metas por atingir e de como as atividades remitidas por internet, sala de aula virtual, e-mail, whatsapp e/ou cadernos com atividades complementares não poderão ter o desconhecimento da coordenação do seguimento envolvido.

A coordenação, via seguimento educacional, irá orientar os professores de como estas atividades pedagógicas complementares deverão ser enviadas, discutindo com o grupo de professores a melhor estratégia para aquele seguimento. O que possibilitará um trabalho com creche, educação infantil, ciclo, escola do campo, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, EJA I e EJA II de forma a atender cada realidade em sua especificidade.

Acerca do Ensino Fundamental II cabe ressalvas, inclusive realizadas pela Resolução 120/2020 do Conselho Estadual de Educação e pelo Conselho Nacional de Educação, em relação à parte de conteúdo e atividades pedagógicas complementares que terá maior utilização do meio virtual (plataformas educacionais, aplicativos – Zoom ou Meet -, You Tube, whatsapp, e-mails) e meios tecnológicos (televisão, rádio) possibilitando ao professor envio de material produzido e/ou indicação com o fim do processo ensino-aprendizagem e, ao mesmo tempo, de inovar no concernente à sala de aula, visto que alguns aplicativos possibilitam esta situação.

Com este objetivo será repassado aos professores do seguimento em comento (Ensino Fundamental II) endereços como https://edu.google.com/intl/pt-BR/products/classroom/?modal_active=none que possibilita ao educador criar um espaço de sala de aula virtual como demonstrado na imagem a seguir.



Além da interatividade com o alunado o professor pode ter o feedback do processo ensino-aprendizagem de maneira mais objetiva, pois poderá realizar a aula e atividade ao mesmo tempo. Entretanto, considerando as demais faixas etárias do alunado a frequentar a rede municipal de ensino esta estratégia somente poderá ser utilizada com o aluno do Ensino Fundamental II por ser considerado mais independente e, também, para que este estabeleça uma autonomia em relação ao seu crescimento pessoal.

Considerando as questões socioeconômicas da sociedade brasileira, não estará vetado ao professor a utilização de demais estratégias, que não virtuais, para que o acesso à educação venha a ser, realmente, universal. No processo ensino-aprendizagem em sentido remoto devemos considerar que nem todo o alunado possui acesso à internet e, mais ainda, muitas vezes não tem nem o instrumento de acesso a esta, seja por telefone ou computador. Ficando sabedor o professor do Ensino Fundamental II que não é por ter a possibilidade de uso do meio virtual que este será o único caminho para atender às necessidades do alunado.

Objetivando a utilização da sala de aula virtual o professor deverá comunicar-se com o seu coordenador e receber as orientações devidas sobre o uso do meio virtual, bem como poderá colaborar com novas experiências. Deve ser evitado, para não fazer surgir ruídos de

comunicação na rede municipal de ensino, é o coordenador não ser sabedor de que em determinada escola está ocorrendo de certa maneira e em outra, do mesmo ano, de outra forma. Deve existir uma padronização na rede municipal de ensino de Esperança dentro de cada seguimento educacional.

SEGUIMENTO	ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Creche	Atividades pedagógicas complementares escritas produzidas pelo Professor e entregues à família/responsável pelo aluno a cada semana.
Educação Infantil	Atividades pedagógicas complementares escritas produzidas pelo Professor e entregues à família/responsável pelo aluno a cada semana, não sendo impossibilitado o uso da tecnologia.
Ciclo	Atividades pedagógicas complementares escritas produzidas pelo Professor e entregues à família/responsável pelo aluno a cada semana, não sendo impossibilitado o uso da tecnologia.
Escola do Campo	Atividades pedagógicas complementares escritas produzidas pelo Professor e entregues à família/responsável pelo aluno a cada semana, não sendo impossibilitado o uso da tecnologia.
Ensino Fundamental I	Atividades pedagógicas complementares escritas produzidas pelo Professor e entregues à família/responsável pelo aluno a cada semana, não sendo impossibilitado o uso da tecnologia.
Ensino Fundamental II	Plataformas educacionais, aplicativos – Zoom ou Meet -, You Tube, whatsapp, e-mails e meios tecnológicos (televisão, rádio) acrescidos de atividades escritas produzidas pelo Professor e utilização do livro didático.
EJA I	Atividades pedagógicas complementares escritas produzidas pelo Professor e entregues à família/responsável pelo aluno a cada semana, não sendo impossibilitado o uso da tecnologia.
EJA II	Atividades pedagógicas complementares escritas produzidas pelo Professor e entregues à família/responsável pelo aluno a cada semana, não sendo impossibilitado o uso da tecnologia.

RELAÇÃO DE ESCOLAS A SEREM ATENDIDAS PELO PLANO ESTRATÉGICO – ZONA URBANA

1.	EMEF DOM MANUEL PALMEIRA DA ROCHA - Praça da Cultura – 32
2.	EMEF HOSANA LOPES MARTINS - Rua João Mendes – S/N
3.	EMEF JOSÉ LOPES - Rua Santo Antônio – S/N.
4.	EMEF JOSÉ SOUTO - Rua João Mendes, S/N
5.	EMEF JOSEFA ARAÚJO PINHEIRO - Rua Joaquim Virgolino – S/N
6.	EMEF MANOEL PEREIRA DA SILVA - Rua Barão do Rio Branco – S/N
7.	MEF OLÍMPIA SOUTO - Av. Floriano Peixoto – S/N
8.	EMEF WELLINGTON VITAL PEREIRA - Rua Isaías Gomes Leal, 219
9.	EMEF MARGARIDA MARIA ANDRADE DINIZ – Bairro do Portal
10.	CRECHE PEQUENO JOÃO ARIANO GRANGEIRO CALANDRINI Rua José Lourenço Neto S/N, Bairro Portal
11.	CRECHE VOVÓ BETINHA - Rua José Lourenço Neto S/N, Bairro Portal
12.	CRECHE VÓ MILITINA - Rua General Osório, S/N

RELAÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES – ZONA RURAL

13.	EMEF ABEL BARBOSA DE SOUZA - Sítio Riacho Fundo
14.	EMEF AGOSTINHO DE OLIVEIRA - Sítio Lagedão
15.	EMEF ANTÔNIO ADELINO DOS SANTOS - Sítio Carrasco
16.	EMEF ANTÔNIO COELHO DE CARVALHO - Sítio Timbaúba
17.	EMEF CÍCERO JANUÁRIO DA SILVA - Sítio Logradouro
18.	EMEF FABRÍCIO BATISTA DE ARAÚJO - Distrito de São Miguel
19.	EMEF FRANCISCO PEDRO DE OLIVEIRA - Sítio Umbu
20.	EMEF JOÃO VICENTE PEREIRA - Sítio Malhada da Serra
21.	EMEF JOSÉ FELIX DE FIGUEIREDO - Sítio Lagoa Verde
22.	EMEF JOSÉ PAULINO MACHADO - Sítio Benefício
23.	EMEF JOVENTINO BATISTA MONTEIRO - Distrito de Massabielle
24.	EMEF MANOEL AGOSTINHO PEREIRA - Distrito do Pintado
25.	EMEF MANUEL DA LUZ DOS SANTOS - Sítio Boa Vista

26. EMEF M ^a EMÍLIA DE CRISTO SILVA - Sítio Quebra-Pé
27. EMEF M ^a FRANCISCA LEITE - Sítio Meia Pataca
28. EMEF SEVERINO ALVES BARBOSA - Sítio Lagoa de Pedra
29. EMEF SILVINO TRAJANO DA ROCHA - Sítio Mulatinha

Esperança, 29 de Abril de 2020.

Michael Lopes
Secretário de Educação

Alcione Nívea
Secretária Adjunta de Educação